

## João Quartim de Moraes (org.)

*História do marxismo no Brasil*, vol. III, Teoria. Interpretações, Editora da Unicamp, Campinas, 1998.

Armando Boito Jr. (Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp)

## I

O terceiro volume da *História do marxismo no Brasil* consolida uma iniciativa editorial de grande importância para a esquerda brasileira. Vale a pena, no início desta resenha, situar o volume III no conjunto da obra à qual ele pertence.

A obra *História do marxismo no Brasil*, no conjunto dos seus volumes, está muito bem concebida e se organiza em torno de três eixos temáticos: a) a recepção das idéias marxistas no Brasil, b) as interpretações do Brasil a partir dessas idéias e c) a ação revolucionária que tais idéias e interpretações suscitaram. O primeiro eixo foi subdividido em dois para contemplar, de um lado, a recepção da teoria marxista tal qual ela foi formulada pelos fundadores e continuadores do marxismo e, de outro lado, o impacto exercido na esquerda brasileira pelas revoluções inspiradas no marxismo. Os volumes I e II, publicados, respectivamente, em 1991 e 1995, trouxeram artigos que trataram do primeiro eixo temático — o primeiro volume concentrou-se no impacto das revoluções inspiradas no marxismo e o segundo na recepção da obra de teóricos do marxismo no Brasil. Nesses dois volumes iniciais foram examinadas: a recepção das idéias de Marx entre os intelectuais de esquerda e o movimento operário no Brasil do século XIX e do início do século XX, aquilo que um dos articulistas do primeiro volume, Evaristo de Moraes

Filho, denominou a proto-história do marxismo no Brasil; a influência das idéias de Stalin, de Mao e de Trotski no Brasil; a influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira; a repercussão da obra de Marx entre filósofos da USP; a recepção das idéias de Lukács entre os intelectuais de esquerda e no meio universitário e outros temas.

Já este terceiro volume, como indica o seu subtítulo (*Teoria. Interpretações*), inicia a publicação de artigos pertencentes ao segundo eixo temático da coleção (as interpretações marxistas do Brasil), mas ainda traz dois artigos que examinam problemas relativo ao primeiro eixo temático (a recepção das idéias marxistas no Brasil). Está previsto um quarto volume que deverá, segundo prometem os organizadores da obra, completar a abordagem do eixo temático interpretações marxistas do Brasil. Posteriormente, dois novos volumes, o quinto e sexto, deverão tratar do terceiro eixo temático: a ação revolucionária dos marxistas brasileiros. O projeto prevê, portanto, dois volumes para cada um dos três eixos temáticos — recepção da teoria marxista, interpretações marxistas do Brasil e ação revolucionária dos marxistas brasileiros. A dimensão da empreitada evidencia um fato que o pensamento conservador sempre procurou ocultar: o marxismo tem uma longa e diversificada história nas lutas sociais, na política e na cultura brasileiras.

## II

Este terceiro volume, tal qual os dois anteriores, é plural nas abordagens. No que tange à filiação teórica, há autores próximos de Althusser, de Gramsci e de Lukács. No que tange às simpatias frente à esquerda organizada, encontramos autores de formação comunista, de formação social-democrata e de formação trotskista, embora com nítida predominância dos primeiros. O pluralismo do marxismo brasileiro, que, nesse ponto, não difere da situação vigente no cenário internacional, está contemplado no conjunto da obra e neste volume III. É um aspecto positivo do livro esse pluralismo. Ele estimula a leitura crítica e reflete, de modo mais adequado, o que é e o que foi o marxismo no Brasil.

Vou evocar alguns exemplos localizados de divergências teóricas e políticas que despontam no livro para que o leitor tenha uma idéia mais fiel da obra.

A corrente althusseriana que é considerada, de passagem, por Carlos Nelson Coutinho, como uma expressão do “cientificismo” e da “escolástica acadêmica”, essa corrente aparece, no artigo de Décio Saes, como um conjunto de textos e obras de grande importância científica e é considerada em detalhes na discussão. Enquanto João Quartim de Moraes sustenta que a infra-estrutura econômica determina a superestrutura política, apresentando essa tese como uma idéia que separa o marxismo do não-marxismo, Décio Saes critica essa tese, avançando a idéia do condicionamento recíproco entre estrutura econômica e estrutura política.

Enquanto os artigos de Carlos Alberto Dória e de Caio Navarro de Toledo apresentam reflexões que colocam em dúvida alguns pressupostos funda-

mentais da estratégia do PCB, como eram os pressupostos ditos dualistas (coexistência de feudalismo e capitalismo na sociedade brasileira) e da importância central da questão nacional, os artigos de João Quartim de Moraes e de Celso Frederico encampam essa estratégia e seus pressupostos. Enquanto Carlos Nelson Coutinho avalia positivamente a ação do grupo gramsciano e eurocomunista que se forma no PCB a partir do final da década de 1960, Celso Frederico, no ensaio que publicou no volume II da coleção, avaliara negativamente a ação desse grupo, lembrando que grande parte dele foi cooptado pelo quercismo em São Paulo (Celso Frederico, “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade” *In História do marxismo no Brasil, Vol. II, Influxos Teóricos*, p. 205). Outra polêmica latente entre Coutinho e Frederico refere-se à idéia de “ocidentalização” do Brasil. Coutinho aplica o conceito gramsciano de revolução passiva à história brasileira do século XX para assegurar que, mesmo sem uma revolução burguesa de tipo clássico, a sociedade brasileira teria se “ocidentalizado”, isto é, se industrializado e democratizado. Frederico, de novo no artigo publicado no volume II, falando da via prussiana no Brasil, destaca o fato de que tal tipo de transição se deu em condições diferentes daquelas verificadas nos países centrais, isto é, se deu sem ruptura com a dominação imperialista. Essa ressalva, que se inspira em texto de J. Chasin que cunhou a noção de capitalismo hipertardio, é cheia de conseqüências analíticas e políticas. Ela deixa entrever a tese de que a transição pelo alto, no Brasil, não criou, como na Alemanha ou na Itália, uma sociedade de tipo européia, “ocidental”, ao contrário do que pretende Coutinho.

Acredito que os exemplos citados acima, além de ilustrarem o pluralismo teórico e político da obra, servem também para dar uma idéia ao leitor desta resenha da amplitude e variedade dos temas abordados e da riqueza das idéias contidas no livro. Diante de tal amplitude e diversidade de problemas, e considerando o limite de espaço, optamos por fazer uma apresentação mais descritiva do que analítica dos trabalhos presentes na coletânea. Arrolaremos apenas algumas considerações críticas, com o objetivo de sugerir um debate e despertar o interesse do público leitor. Mas seremos obrigados a fazê-lo de modo muito sintético, ao contrário do que seria justo com os autores, tendo em vista a excelente qualidade dos textos que produziram.

### III

A Parte I deste terceiro volume, intitulada *Teorias*, contém dois artigos. Um, de Décio Saes, sobre a recepção da teoria althusseriana da história no Brasil, e outro, de Carlos Nelson Coutinho, sobre a recepção da obra de Gramsci.

O artigo de Décio Saes começa com uma análise crítica das teses de Althusser sobre o materialismo histórico e, em seguida, apresenta e analisa os textos teóricos de autores brasileiros que discutiram tais teses de Althusser no decorrer das décadas de 60, 70 e 80. O texto de Saes trata dos conceitos e teses fundamentais da teoria da história presentes na corrente althusseriana: modo de produção, formação social, estrutura, infra-estrutura e superestrutura, determinação em última instância, dominância, sobredeterminação, transição, prática e outros. O autor problematiza cada um desses conceitos, testa a coerência da teoria que junto eles compõem e chega a uma nova leitura dos textos

althusserianos. Em seguida, apresenta como a intelectualidade marxista no Brasil posicionou-se frente a tais conceitos e aos complexos problemas que eles suscitam. Emerge da pesquisa de Décio Saes um quadro até certo ponto surpreendente. Num país como o Brasil, onde o debate teórico é pouco desenvolvido, os conceitos e teses de Althusser provocaram uma ampla e variada avaliação crítica. Ainda nessa linha de considerações, um aspecto interessante do artigo é a recuperação e revalorização de trabalhos e autores, como o sociólogo Luiz Pereira, cuja contribuição teórica não tem sido devidamente reconhecida entre nós.

Faço uma ressalva ao artigo, que poderá ser útil ao leitor do livro. Saes afirma que Althusser, apesar das sucessivas autocríticas que produziu, não teria revisto sua teoria da história. Isso talvez seja correto se considerarmos apenas os textos publicados em vida pelo autor. Porém, o trabalho de edição e de publicação póstuma de textos inéditos de Althusser revelou que o autor reviu o conjunto de suas teses e conceitos sobre a teoria da história, *abandonando e criticando o materialismo histórico*. O texto mais importante dessa empreitada talvez seja o ensaio *Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre*, escrito em 1982, no qual ele apresenta a história como domínio da matéria mas, também, da *contingência* — concepção incompatível com a problemática do materialismo histórico. (Ver Louis Althusser *Écrits Philosophiques et Politiques*, Éditions Stock/Imec, 1994, volume I, p. 539-581.) É interessante observar que a palavra francesa *rencontre* está mais associada à idéia de acaso, de algo fortuito, do que a palavra portuguesa “encontro” — ao contrário do português,

a língua francesa emprega, para designar um encontro previamente marcado, não casual, outra palavra, a conhecida expressão *rendez-vous*. De resto, em outro texto do volume citado, o breve e inacabado artigo “Portrait du philosophe matérialiste”, escrito em 1986, Althusser utiliza a expressão “materialismo aleatório”, que é, no nosso entender, mais fiel ao seu pensamento. Uma questão interessante para se discutir seria a de saber se o “materialismo aleatório” de Althusser, apesar de ser, sem dúvida, uma concepção que rompe com a problemática e as teses anteriores do autor, se esse materialismo da contingência não germina a partir de vazios e de dificuldades da antiga teoria althusseriana da história. Estou pensando aqui nas dificuldades encontradas por inúmeros althusserianos que, preocupados em fazer a crítica da chamada “teoria das forças produtivas” que apresentava o socialismo como mera decorrência do crescimento industrial, acabaram abandonando o próprio conceito de forças produtivas e, conseqüentemente, a reflexão teórica sobre o papel do desenvolvimento das forças produtivas na mudança histórica.

O artigo de Carlos Nelson Coutinho faz uma rápida referência à introdução e divulgação da obra de Gramsci no Brasil por um grupo de jovens intelectuais do PCB a partir dos anos 60 e, em seguida, apresenta a sua interpretação, inspirada nos conceitos gramscianos de “ocidentalização” e de “revolução passiva”, das transformações da sociedade brasileira ao longo do século XX. É menos um artigo sobre a recepção de Gramsci no Brasil, e mais a apresentação de uma das visões gramscianas da história brasileira do século XX. Por isso, talvez esse artigo se inserisse melhor no eixo temático seguinte, que trata das interpretações

marxistas do Brasil. No nosso entender o que é polêmico na visão de Coutinho é a idéia de “ocidentalização” do Brasil. Essa idéia ingora que a revolução passiva brasileira não resolveu a questão nacional (estamos, agora, sob tutela direta do FMI), a questão agrária (o MST não nos parece uma sobrevivência do passado) e tampouco permitiu a ampliação da cidadania para a esfera dos direitos sociais — nunca tivemos um Estado de bem-estar e o pouco que se construiu nessa direção está, agora, sendo revogado pela ofensiva neoliberal. Essas limitações socioeconômicas, que diferenciam o Brasil da situação européia, comprometem a própria estabilidade da democracia política burguesa no Brasil, outro fato que perturba a idéia de “ocidentalização” do Brasil.

A Parte II do livro, intitulada “Interpretações”, é a que inicia a abordagem do eixo temático interpretações marxistas do Brasil. Os textos concentram-se no período em que, sob a hegemonia do antigo Partido Comunista Brasileiro e, mais tarde, das organizações que saíram desse partido, a teoria marxista e também algumas de suas idéias foram tomadas isoladamente tiveram um forte impacto no meio intelectual e na esquerda brasileira — mais ou menos o período que vai de meados da década de 1930 ao início da década de 1970. Essa foi uma época em que, na filosofia e nas ciências humanas, o marxismo era uma teoria muito influente, alguns dos principais intelectuais do país eram marxistas ou influenciados pelo marxismo, enquanto, na esquerda organizada, o marxismo era amplamente hegemônico. Situação muito diferente da de hoje, em que o marxismo chegou a ser visto como sinônimo de arcaísmo na filosofia e nas ciências humanas e, entre a esquerda organizada, perdeu terreno para

o socialismo-cristão, organizado no PT. Essa parte II do livro contém cinco artigos, de autoria de conhecidos estudiosos dos temas examinados.

João Quartim de Moraes analisa as concepções comunistas de um Brasil democrático. O texto aborda o período democrático de 1945-1964, contemplando o debate sobre a democracia e a luta pela democratização na crise do Estado Novo, a estratégia adotada pelos comunistas a partir do final do governo Dutra, estratégia que é condensada no famoso *Manifesto de agosto* de 1950, e a nova linha que vai se gestando ao longo dos anos 50, que iria consolidar, entre os comunistas, uma visão “processual” da democracia: aquela que advoga a possibilidade de fazer avançar a democracia “no interior da ordem reacionária dos fazendeiros e dos capitalistas periféricos” e deixa de concebê-la “exclusivamente como resultado da revolução vitoriosa” (Quartim, p. 191). O artigo possui duas polêmicas importantes apresentadas de modo instigante. Uma é a justificação do apoio do PCB ao governo Vargas do ano de 1945, como meio de defesa contra o golpe que os liberais estavam preparando. Quartim inova na caracterização do perigo representado pelo golpe liberal em preparação. Mostra, principalmente, que o reacionarismo do governo Dutra não é reflexo passivo da Guerra Fria. É menos convincente no que tange à opção apresentada — apoio ao Governo Vargas na sua fase final. Outra polêmica está presente na análise que faz da conjuntura de início dos anos 50 que, principalmente por integrar na análise do processo político brasileiro os dados da política internacional, fundamenta uma abordagem original do *Manifesto de agosto*.

Ainda que crítico da linha do *Manifesto*, Quartim logra evidenciar para o leitor a lógica da reação dos comunistas, superando a visão simplória presente em boa parte da bibliografia, produzida tanto por comunistas quanto por críticos do comunismo, que apresenta a linha denominada esquerdista do início dos anos 50 como mais um simples exemplo do “zig-zague” que teria caracterizado a história do PCB.

Carlos Alberto Dória escreve sobre a concepção denominada dualista da sociedade e da economia brasileira. Aponta a presença da concepção de um Brasil dual, que o autor define genericamente como aquela que pensa o país como uma sociedade dividida entre o moderno e o arcaico, em diversos autores nacionais, dentre os quais Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu. Em seguida, mostra que tal concepção informou a análise de muitos marxistas brasileiros, que passaram a identificar um setor arcaico da economia e da sociedade designado, pela maioria desses autores, com o recurso ao conceito de feudalismo. Considera, também, as repercussões dessa visão dualista na teoria da revolução por etapas e comenta textos de alguns autores que criticaram o dualismo. Ao longo do artigo, são examinados, dentre outros, textos de Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira. O leitor do artigo poderá notar a falta de uma definição mais rigorosa da noção de dualismo. Há dualismo sempre que um autor marxista considera a coexistência de vários tipos de relações de produção numa mesma formação social? Ou apenas quando o arcaico e o moderno são concebidos como separados um do outro e opostos

um ao outro? Alguns autores marxistas não destacam a unidade e a contradição entre o arcaico e o moderno? Isso também é dualismo? Algumas críticas ao dualismo não se apoiariam numa visão integracionista, pronta a apresentar um Brasil fictício, homogêneo e moderno?

Caio Navarro de Toledo discorre sobre as relações dos intelectuais do antigo Iseb com o marxismo. Analisa a rápida evolução de Hélio Jaguaribe, de um socialismo genérico para a defesa da “contenção ou repressão” do comunismo, visto como ameaça à segurança nacional. Examina a posição de Guerreiro Ramos, que se reivindicava um socialista anties-talinista e que assumia, ao contrário de Jaguaribe, uma posição democrática na relação com os comunistas, mas que defendia, tal qual aquele, a hegemonia burguesa no processo de “desenvolvimento nacional” — desenvolvimento esse que era o objetivo estratégico maior dos intelectuais isebianos. Caio Toledo examina também as relações da complexa e intrigante figura intelectual de Álvaro Vieira Pinto com o marxismo e a esquerda. Pensador eclético, combinando categorias da filosofia existencialista com categorias marxistas, Vieira Pinto aproximar-se-ia da esquerda por apresentar as massas operárias como única força capaz de dirigir a “emancipação nacional”. Aproximação que, todavia, não foi muito além da retórica, já que Vieira Pinto não desenvolveu qualquer reflexão sobre os meios políticos e materiais necessários para que as massas trabalhadoras adquirissem a hegemonia do processo de emancipação nacional. A seguir, o autor considera a posição singular de Nelson Werneck Sodré no interior do Iseb. Marxista, autor de vasta obra, Sodré notabilizou-se pela defesa da aliança do movimento operário comunista com a

burguesia nacional, de modo a completar a revolução burguesa através da supressão dos obstáculos que o feudalismo, ainda vigente na agricultura, e o imperialismo norte-americano impunham ao desenvolvimento do capitalismo e da democracia no Brasil. Sodré mantinha-se isolado no interior do Iseb e evitava conflitos com os demais intelectuais pertencentes àquela instituição. Caio Toledo termina seu artigo com uma comparação entre o marxismo politizado da ala esquerda dos intelectuais do Iseb e o marxismo estritamente acadêmico que, à mesma época, desenvolvia-se na USP. O tema abordado por Toledo, o nacionalismo e sua relação com o marxismo e o movimento operário, readquiriu, na conjuntura dos anos 90, plena atualidade. O que não fica claro para o leitor é como Toledo equaciona a questão nacional. O nacionalismo é sempre uma ideologia conservadora que desempenha a função de ocultar a luta de classes ou seria possível pensar num nacionalismo popular em países da periferia capitalista? Embora pareça tender para a segunda opção, Toledo não fornece ao leitor sua reflexão sobre a matéria.

Celso Frederico e Antônio Albino Canelas Rubim apresentam, nos dois últimos artigos da coletânea, análises da relação entre marxismo e cultura no Brasil. Rubim analisa o PCB como um aparato político-cultural, as relações do partido com os intelectuais e com a cultura brasileira. Frederico examina a política cultural dos comunistas do período democrático ao período da ditadura militar, fazendo ainda uma breve incursão no período pós-ditatorial da década de 1980. Dá especial destaque à atividade teatral, analisando os grupos Opinião, influenciado pelo PCB, Arena, que foi se

aproximando da defesa da luta armada, e Oficina, que se ligou à contracultura. O autor recupera uma documentação pouco conhecida que contém as análises e discussões da política cultural dos comunistas, discussão efetuada pelos intelectuais e dirigentes do PCB quando da preparação do VII congresso do partido. Para os anos 70, compara a concepção de prática cultural do PCB com a dos militantes progressistas da Igreja Católica. Conclui o texto com uma breve análise da política cultural da ditadura militar e da formação da indústria

cultural no Brasil (= fusão de capital e cultura). Aponta como tais transformações permitiram às classes dominantes cooptar intelectuais, teatrólogos e romancistas que, até a década de 1960, faziam uma arte crítica e politicamente engajada.

A *História do marxismo no Brasil* é um material rico e indispensável para os estudiosos do marxismo e da história política e intelectual do Brasil do século XX. Esperamos que os organizadores da coleção consigam, nos próximos volumes, manter o alto nível de qualidade do material publicado até aqui.

## Isabel Maria Loureiro e Ricardo Musse (orgs.)

*Capítulos do marxismo ocidental*, Editora Unesp/Fapesp. 1998.  
Patrizia Piozzi (Professora da Faculdade de Educação, Unicamp)

Os 11 ensaios reunidos nesta coletânea não constituem apenas uma exposição detalhada de obras heterodoxas no interior do marxismo contemporâneo. Trazem à tona temas e problemas vitais para a redefinição de seu estatuto enquanto teoria revolucionária e instrumento de compreensão do presente histórico.

Como fica explícito na introdução dos organizadores, Isabel Maria Loureiro e Ricardo Musse, os textos convergem no esforço de desvendar a trama onde as diferentes experiências pessoais, enfoques teóricos e opções temáticas dos autores tratados articulam-se numa mesma totalidade de pensamento, o marxismo ocidental. A reconstituição dos

nexos entre os vários fragmentos em foco tem seu ponto de partida na polêmica com o diagnóstico de Perry Anderson, segundo o qual as gerações de intelectuais aglutinadas sob essa sigla rompem a unidade entre teoria e prática, desfigurando o caráter transformador inerente ao ideário marxista e reduzindo-o a mero assunto acadêmico. Em contraste, na perspectiva assumida por este volume, os expoentes do movimento divergente, optando por navegar no único espaço livre para a emergência da dimensão “negativa” do pensar num universo onde a prática das classes sociais se faz sob o signo da reificação, recolhem a tradição original do materialismo dialético, desenvolvendo e atualizando a crítica formulada primeiramente por Lukács às

teses evolucionistas e à estratégia reformadora da linhagem ortodoxa.

Ao longo do “breve século XX”, marcado pela trágica derrota das esperanças revolucionárias no período entre guerras e, após 45, pela definitiva integração dos partidos operários ocidentais ao modelo democrático burguês e pela consolidação do domínio burocrático no Leste, a extraordinária atividade teórica dos dissidentes “acadêmicos”, empenhada em “criticar impiedosamente toda teoria e prática legitimadoras do capitalismo tardio, como também do estalinismo”, constitui, na avaliação de Musse e Loureiro, a única atitude conseqüente para adeptos do materialismo histórico.

Buscando identificar os traços homogêneos nos diferentes trajetos pessoais e nas diversidades, ou mesmo divergências, de pontos de vistas reconstituídos nestes “capítulos”, o leitor pode distinguir dois campos de reflexão que definem a militância intelectual dos autores em exame. Por um lado, a redescoberta da filosofia enquanto força crítica e subversiva, em oposição à técnica e à ciência, degradadas, na sociedade contemporânea, a funções sancionadoras do sistema; por outro lado, o esforço em construir uma “análise materialista da cultura”, desvelando os mecanismos cada vez mais sofisticados de domínio espiritual nas sociedades contemporâneas e procurando a emergência da perspectiva transformadora não mais só na prática política das classes sociais, mas no âmbito das criações culturais.

Em torno destes dois eixos, os textos tecem as conexões entre os autores examinados. Ricardo Musse mapeia as ponderações de Korsch, Merleau-Ponty,

Marcuse e outros, sobre a relação entre teoria e prática, visualizando, no contraponto entre Lukács e Adorno, um caminho de investigação que, partindo da unidade indissolúvel entre esses dois pólos, chega a estabelecer o primado da “teoria crítica” para a compreensão de um universo totalmente reificado.

O tratamento deste vínculo problemático é central, também, na penetrante e apaixonada reconstrução que Isabel Maria Loureiro faz da trajetória intelectual de Marcuse, desde o período inicial, caracterizado pelo reencontro com a fenomenologia, até a redescoberta dos escritos juvenis de Marx e as obras que marcam o renascimento da utopia na junção entre marxismo e psicanálise. Em todas essas fases, Loureiro sinaliza a força emancipadora atribuída pelo “mais otimista dos frankfurtianos” ao pensamento filosófico, plano em que os anseios da humanidade por um mundo mais justo e feliz se articulam em conceitos universais.

A ponte estabelecida com correntes do pensamento contemporâneo e com as raízes filosóficas do marxismo se evidencia, também, na influência exercida pela teoria weberiana sobre o grupo de Frankfurt, e na leitura anti-hegeliana que Althusser fez da obra de Marx, tratados respectivamente por Fernando Haddad e J. V. Teixeira da Mata. Este último assinala a tensão irresolvida entre contingência e necessidade históricas, que, no entender de Althusser, ligaria o ideário marxiano ao de Heidegger, Espinoza, Maquiavel — uma senda de pensadores voltados a negar as “construções necessárias e eternas com um fim imanente ou exterior”. Dessa maneira, introduz uma problemática que também merece a atenção de Haroldo Santiago e

Leda Paulani, em seus textos sobre a exegese da obra marxiana, levada a cabo por Giannotti e Rui Fausto em interlocução com outras linhas do pensamento filosófico.

Ao revisitar o ensaio onde Benjamin identifica, em Fuchs, Mehring e Plekhanov o ponto de partida de uma tradição materialista no âmbito da história da cultura, Ernâni Chaves abre o debate sobre outro aspecto nuclear do movimento heterodoxo – a atividade crítica incidente sobre a “estrutura espiritual” da sociedade burguesa. Alguns momentos cruciais no estabelecimento de tal tradição são evocados nos artigos de C. E. Jordão Machado, Iná Camargo Costa, M. Elisa Cevalco e Francisco Alambert, voltados a resgatar “vidas e obras” destacadas deste terreno.

O papel da criação artística no desvelamento dos aspectos desumanizantes e totalitários inscritos no mundo contemporâneo está presente na análise de Machado sobre as relações entre a arte de vanguarda e a utopia social de Bloch, e na de Camargo Costa sobre o teatro de Brecht. Numa vibrante e polêmica refutação das investidas de Adorno contra o caráter engajado do drama brechtiano, Camargo Costa identifica nele uma linguagem estética renovadora e extremamente lúcida e eficaz no desvendamento dos nexos entre as políticas autoritárias e a sociedade mercantil.

Finalmente, Cevalco e Alambert assinalam, nos trabalhos pioneiros de Raymond Williams e de Antonio Candido e Roberto Schwarz, a importância dos “tópicos” britânico e brasileiro do marxismo ocidental na inauguração de uma abordagem materialista da cultura. No Brasil, a trilha aberta por Candido marca a superação da dicotomia entre as

análises formalistas e estruturalistas e aquelas “sociologizantes”, captando, na obra literária, a unidade indissolúvel entre forma estética e crítica social. Na Grã-Bretanha, Williams torna-se um dos mais prestigiosos expoentes de uma estirpe de pesquisadores responsáveis pela inovação dos estudos acadêmicos ingleses no campo da história social e cultural. Delineando as várias faces da eclética obra deste “grande intelectual socialista”, Cevalco destaca a perspectiva transformadora que anima sua militância no campo da educação e da cultura, por ele considerado, na esteira de Gramsci, um lugar privilegiado para a disputa da “hegemonia”.

Ao examinar alguns dos fragmentos que compõem a mesma “totalidade”, essa coletânea constitui um estudo pioneiro no Brasil, contribuindo para divulgar um arcabouço teórico fundamental não só na renovação e atualização do ideário marxista, mas, também, na crítica às formas de domínio espiritual geradas pelo capitalismo tardio. A reconstrução dos nexos comuns se faz sem obscurecer as diferenças profundas entre os autores em foco, traçando uma vereda onde se cruzam os caminhos da esperança e do pessimismo, da utopia e do desencanto em torno das possibilidades de transformação radical. Neste alternar-se de luzes e de sombras, o legado do marxismo ocidental evidencia-se no esforço de restaurar a força negadora presente no marxismo clássico, voltando-se a examinar o processo que reduz o pensar e o agir humanos à sua dimensão positiva, degradando-os a veículos de reiteração do mesmo.

Enfim, cabe lembrar que este volume não constitui apenas um relevante subsídio acadêmico para o estudo de uma

parcela do pensamento social-contemporâneo. Ao tomar partido na polêmica suscitada pela obra de Anderson, o texto introdutório torna explícito o caráter “engajado” dos estudos: parte do próprio objeto que se propõem a explicar, podem ser lidos como mais um capítulo do marxismo ocidental, escrito com a finalidade específica de divulgar e explicitar aspectos de um ideário ainda atual e capaz de dar conta do presente histórico. A adesão ao objeto de estudo configura um aspecto marcante, e sujeito a polêmica, desta coletânea. Por um lado, ao apresentar a corrente aí pesquisada como sendo a detentora da única crítica consistente ao capitalismo tardio e ao estalinismo, deixa na sombra não só a contribuição de outras linhagens intelectuais que, em interlocução com o marxismo, fazem incidir sua reflexão sobre as formas de domínio contemporâneas, mas, também, descarta como irrelevantes as análises teóricas produzidas por outros movimentos heterodoxos que insistiram em permanecer na luta política apesar da conjuntura adversa. Por outro lado, essa postura radical atenua-se à medida que os ensaios vão mostrando seja a dívida

do marxismo ocidental para com outras correntes do pensamento, seja o alternar-se da descrença e da esperança, do engajamento e do distanciamento nos diferentes enfoques da relação entre teoria e prática.

Tal alternância expressa-se de forma exemplar no percurso intelectual de Marcuse, o frankfurtiano que nunca deixou de associar a eficácia dos mecanismos de controle do espírito ao seu lastro material — a integração das grandes massas aos mercados de trabalho e consumo capitalistas. Numa apreciação similar, Isabel Maria Loureiro — em seu comentário à entrevista-testamento de Marcuse a Habermas —, interroga-se sobre as possibilidades de estabilização do capitalismo numa conjuntura como a atual, em que este se mantém pela exclusão violenta da maioria pobre do planeta. Esta questão sintetiza lapidarmente a problemática central posta por estes “capítulos do marxismo ocidental”, ao investigar as condições materiais e espirituais para a emergência de uma perspectiva política concreta capaz de superar o universo reificado e erguer uma convivência humana radicalmente diferente.

## Michael Klare

*Rogue States and nuclear outlaws (America's search for a new foreign policy)*, Nova York, Hill and Wang, 1996.

João Roberto Martins Filho (Professor de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos)

Dois fatos recentes tornaram ainda mais atual este livro de Michael Klare, especialista em estratégia e professor de Paz e Segurança Mundial no Hampshire College, Estados Unidos, que desde o anos 70

escreve sobre a política de defesa norteamericana. O primeiro foram os ataques que o presidente Clinton ordenou contra as cidades iraquianas de Bagdá, Basra e Tikrit, no dia 16 de dezembro passado, nas

vésperas da aprovação do processo de *impeachment* de seu mandato no Senado americano e poucas horas antes de se iniciar o ramadã — mês sagrado muçulmano.

O segundo, a iniciativa presidencial de propor, no começo deste ano, o maior orçamento militar depois dos tempos de Reagan, bem como o maior aumento dos soldos desde 1982. Em termos reais, se o Congresso aprovar a proposta, isso significará um acréscimo de 12 bilhões de dólares para o próximo ano fiscal e de 100 bilhões para os próximos seis anos. Ao atender às pressões militares e dos *lobbies* armamentistas — que alegam a deterioração dos níveis de prontidão dos Estados Unidos, devido ao baixo recrutamento, equipamento obsoleto, crescimento do terrorismo e das operações em terras distantes — Clinton, pela primeira vez, mudou sua prioridade nos gastos internos. Em seu discurso, ele anunciou que o aumento orçamentário permitirá introduzir a nova geração de navios, aviões e sistemas de armamentos.<sup>1</sup>

A ação contra o Iraque e a nova proposta orçamentária são duas faces da mesma moeda. Consolidam quase uma década da nova política militar americana do pós-guerra fria, que encontrou nos Estados “malvados” (*rogue*) e nos “marginais” (*outlaws*) da política internacional a justificativa perfeita para superar a breve crise de identidade do aparelho militar americano que se seguiu à queda do muro de Berlim. Ninguém melhor do que

Saddam Hussein — o ditador personalista e imprevisível do Iraque — para corporificar a imagem do vilão inimigo em que se concentrou a estratégia militar voltada para conseguir do Congresso o mínimo de cortes orçamentários depois que a União Soviética afundou e, com ela, as anteriores hipóteses de guerra centradas num conflito não nuclear contra forças do Pacto de Varsóvia.<sup>2</sup>

*Rogue States and nuclear outlaws* acompanha com análise competente e riqueza de detalhes os debates, guinadas e correções de rota do planejamento estratégico-imperialista a partir de 1989, quando os Estados Unidos viu-se subitamente sem inimigos que justificassem a manutenção de seu gigantesco aparato militar antes voltado contra a União Soviética. Sob ataque de intelectuais como Paul Kennedy (autor do famoso *Ascensão e queda das grandes potências*)<sup>3</sup> e até de ex-entusiastas do poder militar ianque, como o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara — secretário de defesa na época da guerra do Vietnã — que passou a insistir em 1990 nos chamados “dividendos da paz”, a parcela dos gastos públicos que poderiam ser desviadas de bombas e mísseis para pacíficas escolas e hospitais — o Pentágono e seus amigos viram-se, de repente, na obrigação de apresentar à opinião pública um inimigo verossímil e concreto. A situação estava assim quando, em agosto de 1990, Saddam Hussein invadiu o Kuwait.

1. Ver “Clinton seeks \$12B military spending increase”, despacho da AP, datado de 2/1/99, publicado na edição eletrônica do *Washington Post*.

2. O autor mostra, contudo, que os aspectos centrais desta doutrina foram incorporados às transformações que vieram a seguir.

3. Rio de Janeiro, Campus. 1989. A edição americana é de 1987. A hipótese de Kennedy nesta obra é assim resumida: “Se uma proporção demasiado grande dos recursos de um país é desviada da criação de riqueza e atribuída a fins militares, torna-se então provável que isto leve ao enfraquecimento do poderio nacional, a longo prazo”. (p. 2)

Mais ou menos a essa época, um setor das Forças Armadas dos Estados Unidos, liderado pelo recém-nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do presidente George Bush, Collin Powell, já decidira esquecer a falta que a União Soviética fazia aos chefes militares americanos e centrar fogo numa idéia-mãe: com ou sem soviéticos, os Estados Unidos precisavam manter seu *status* de superpotência. O passo seguinte foi refinar a busca de um novo conjunto de inimigos mais convincentes que a combalida Rússia, os aliados europeus ou japoneses. Não é de surpreender que os olhos dos militares tenham se voltado para os países com capacidade militar no Terceiro Mundo.

Na sua meticulosa análise dos documentos oficiais de seu país, Klare mostra como o primeiro grupo de possíveis inimigos compreendia 16 “potências regionais emergentes” — incluindo o Brasil — que tinham exércitos de tamanho razoável e aspirações hegemônicas regionais.<sup>4</sup> Nos meses seguintes, o figurino pareceu se ajustar melhor a dez países: Egito, Índia, Irã, Iraque, Israel e Líbia, Paquistão, Síria e as duas Coreias. No entanto, a óbvia dificuldade de apresentar nações tradicionalmente aliadas como o novo espantinho do mundo pós-guerra fria reduziu um pouco mais o espectro, ao mesmo tempo em que os documentos militares começavam a se concentrar menos na capacidade militar que na psicologia dos pretensos inimigos. O principal desvio de caráter dessas nações e governantes seria a sua incapacidade psicótica de se adaptar ao convívio normal do mundo civilizado. A cena estava pronta para Saddam Hussein.

Paralelamente a esse esforço de definição de inimigos, era necessário elaborar uma justificativa estratégica que possibilitasse alcançar o principal alvo do Pentágono e seus aliados: apresentar convincentemente a idéia de que o fim da União Soviética e do comunismo não eram suficientes para interromper a interminável construção do aparato de alta tecnologia a que se acostumaram as quatro Forças Armadas americanas. Foi esse o propósito do debate que acabou por se concentrar na capacidade de projetar poder a longa distância e enfrentar duas guerras no Terceiro Mundo ao mesmo tempo. Uma vez vitoriosa, essa proposta permitiu manter os cortes orçamentários no nível de três quartos dos efetivos e equipamentos do período da Guerra Fria.

A Guerra do Golfo aparece, assim, não apenas como mais uma aventura imperialista, mas como a ansiada demonstração no campo de batalha da eficácia e necessidade das Forças Armadas *hightech* do pós-Guerra Fria. Semi-aliado dos Estados Unidos, desde o início da guerra contra o Irã (onde a demonologia americana encontrou outro tipo ideal em Khomeini), foi sob a convivência dos Estados Unidos e das potências européias que Saddam Hussein construiu o arsenal de 100 mil armas químicas e centenas de mísseis, capaz de dar verossimilhança à teoria dos estados malvados. O fato de que tenha invadido o Kuwait sem considerar o clima vigente nos Estados Unidos e tenha permanecido no país invadido durante meses sem nenhuma ação — aguardando que o inimigo erigisse as condições logísticas, políticas e de opinião pública

4. Nesse sentido, o livro de Klare lança nova luz sobre a conjuntura mundial que provocou forte reação antiamericana no seio das Forças Armadas brasileiras depois de 1990. Para uma análise dessas atitudes, ver João Roberto Martins Filho e Daniel Zirker, “The Brazilian military and the new world order”, *Journal of Political and Military Sociology*, 24 (Verão): 3155.

ideais que permitiram sua derrota — não parece falar muito bem da inteligência política ou militar do ditador iraquiano.

A análise de Klare sobre as operações no Kuwait e depois no Iraque é leitura obrigatória. Debruçando-se sobre cada um dos aspectos do esforço de guerra americano: inteligência, planejamento e execução, ele mostra não apenas a incomparável superioridade tecnológica e bélica da superpotência, como as falhas evidentes — as quais questionam a propalada perfeição das novas tecnologias.

Depois da guerra, tratava-se de apresentar e defender a tese de que as operações no golfo tinham confirmado as previsões estratégicas do Pentágono. Klare acompanha então as lições que os chefes militares escolheram para reforçar seus argumentos voltados para a opinião pública e o Congresso americano. Em síntese, foram extraídos quatro ensinamentos: 1) a guerra tecnológica funciona; 2) quem domina a nova guerra é o poder aéreo; 3) sem a participação equilibrada das quatro forças armadas a vitória não seria tão completa e 4) o segredo foi a mobilidade estratégica aprimorada.

Contra eles, o autor levanta com perspicácia três lições sintomaticamente esquecidas: 1) a vitória militar nem sempre implica na vitória política (afinal Saddam Hussein continua no poder, tantos anos depois); 2) sem o complexo sistema de aliados — principalmente no mundo árabe — a logística americana

estaria severamente prejudicada e 3) as peculiaridades da guerra no deserto kuwaitiano e iraquiano fizeram da Guerra do Golfo um caso único, e não exemplar do campo de batalha no pós-guerra fria.

Deixo ao leitor interessado o prazer de percorrer por si mesmo a minúcia da argumentação de Klare. Chamo apenas a atenção para a página 93, onde ele prevê que, depois do Golfo, certamente muitos exércitos do mundo elaboraram jogos de guerra levando em consideração as características da guerra pós-moderna, e provavelmente, desenvolveram hipóteses não convencionais para enfrentar uma eventualidade semelhante. Nesse sentido, é pouco conhecida a hipótese de guerra criada nos últimos anos pelo Exército brasileiro, de enfrentamento de uma invasão da Amazônia por forças coligadas das grandes potências, e que prevê a transformação temporária de alguns de nossos batalhões em forças de guerrilha, para ganhar tempo até que a opinião pública do Primeiro Mundo se encarregue de parar a guerra.<sup>5</sup>

O livro também ajuda a entender o porquê das regulares declarações nacionalistas dos militares brasileiros com relação à Amazônia. Contudo, embora tenha se especializado no início de sua carreira na ajuda militar americana à América Latina (ver seu livro *Supplying repression*), Klare não entra na questão da política específica dos Estados Unidos para a região.<sup>6</sup> Mesmo assim, seu texto

5. Ver a este respeito o artigo “Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro”, do coronel Alvaro de Souza Pinheiro, em *Air Power* (edição internacional), 2. trimestre 95: 14-30, disponível em português na Internet no endereço: [www.cdsar.af.mil/apj-p/ppinheiro.html](http://www.cdsar.af.mil/apj-p/ppinheiro.html).

6. Vale a pena ler, neste sentido, o recente levantamento de toda a documentação americana sobre a assistência militar à América Latina e ao Caribe, publicado em *Just the facts: a civilian's guide to United States. defense and security assistance to Latin America and the Caribbean* (Washington, Latin America Working Group, 1998). O texto pode ser encontrado gratuitamente no site do grupo na Internet: [www.ciponline.org/facts](http://www.ciponline.org/facts).

pode tirar o sono de militares do Terceiro Mundo, embora ele mesmo se encarregue de mostrar os limites da ação americana no Golfo. Afinal, a pontaria da “guerra espacial” não foi assim tão certa e lutar no deserto plano e árido é mais fácil que em qualquer outro terreno. Além disso, Saddam Hussein não é nenhum gênio militar. Por fim, como foi recentemente revelado, mesmo o magnífico espetáculo televisivo de interceptação de um míssil iraquiano foi, na verdade, um artefato americano que explodiu a meio caminho.

Mais eficaz do que os armamentos foi a transformação da doutrina dos estados “malvados” em dogma da estratégia americana no pós-guerra fria. Desde seus discursos de campanha, Bill Clinton deixara claro que, neste aspecto, seu governo nada mudaria em relação ao de George Bush. O texto é coroado com reflexões sobre as reais ameaças do mundo caótico do pós-guerra fria e com uma discussão sobre quais deveriam ser efetivamente as preocupações estratégicas em um mundo voltado para a paz:

o controle do comércio de armas, a retomada do desenvolvimento e o isolamento dos estados que se recusassem a cumprir uma agenda de superação da discórdia mundial, na véspera do terceiro milênio.

Exatamente o caminho oposto ao seguido pelos Estados Unidos na última década. A recente operação no Iraque parece ter sido apenas mais um capítulo da novela que poderíamos chamar “Em busca de um inimigo” — cujo enredo requer a presença de consumados vilões, a justificar não apenas a existência do xerife, como o constante aprimoramento dos mísseis que leva no coldre. Em referência à anterior “Tempestade no Deserto”, a operação de dezembro de 1998 se chamou “Raposa do Deserto”. Esperam-se para breve as seqüências. Afinal, pelo menos no Congresso americano, o filme tem alcançado seguro sucesso. O custo total das entradas para a população americana: 12 bilhões de dólares, só no próximo ano fiscal. Nem Spielberg podia esperar tanta bilheteria.

## Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional

*A revolução invencível — Cartas e comunicados.* Boitempo Editorial.  
Nildo Domingos Ouriques (Professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina)

No dia 1º de janeiro de 1994, no exato momento em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio, Nafta entre os Estados Unidos, o México e o Canadá, surgiu na cena política mexicana o

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os “mascarados” ocuparam cinco cidades do Estado de Chiapas, ao sul do México, decretando guerra contra o exército mexicano, exigindo a renúncia

do presidente Carlos Salinas de Gortari e convocando a “sociedade civil” para superar o sistema de partido de estado que há 70 anos monopolizava o poder.

A rebelião era surpreendente por dupla razão. Em primeiro lugar porque o México havia sido apresentado internacionalmente naquele período (1988 a 1994) como o modelo de país dependente que deixava para trás uma história de fracassos e impossibilidades, inaugurando um novo período de prosperidade na história latino-americana e universal. O TLC, a entrada na OCDE, o controle inflacionário, a eliminação dos artigos considerados antimercado da constituição revolucionária de 1917 e o anúncio de uma “transição à democracia” por aqueles que dominavam o poder nos últimos 70 anos (PRI), indicavam a existência de um mega processo de reformas que consolidavam a supremacia do mercado e da democracia parlamentar como sistemas com capacidade de auto renovação.

Em segundo lugar, a erupção da guerrilha zapatista neste contexto — a época da “utopia desarmada” como arriscou um conhecido cientista político das elites — não passaria então de uma manifestação tardia dos tempos revolucionários cujo fracasso seria inevitável como vaticinou, entre outros, Octávio Paz, o Prêmio Nobel de literatura, acompanhando a maioria dos intelectuais “progressistas”.

Contudo, a simpatia popular em relação ao EZ(eta) como diziam os mexicanos, era a cada dia mais intensa e manifestou-se com contundência quando o governo decidiu resolver o conflito pela via militar e iniciou os bombardeios nas áreas sob controle zapatista ou em comunidades indígenas na Selva Lacandona. A reação nas cidades foi

imediatamente: milhares de pessoas manifestavam-se na Cidade do México em favor da paz e pela solução política do conflito.

O que fez com que uma guerrilha de composição indígena, limitada a um dos estados mais pobres do país despertasse tamanha simpatia? Alguns consideravam que o “México profundo” manifestava-se finalmente e que cinco séculos de opressão e exploração teriam, um dia, resposta; outros afirmavam que o país ainda possuía 14% de sua população indígena e que rebeliões desse tipo eram naturais diante de suas conhecidas “carências”. Contudo, causava certo espanto que a guerrilha zapatista reconhecendo-se indígena, recusava o “beco antropológico” a que o regime lhe empurrava. Apresentava, em oposição, um conjunto de exigências políticas entre as quais a renúncia do então presidente Carlos Salinas de Gortari, denunciando a origem fraudulenta de sua eleição e o desastre nacional produzido pelo programa econômico implementado (“neoliberalismo”).

Suas palavras — a “dos homens armados de verdade e fogo” como se autodefiniam — perguntavam: quanto vale um índio no mercado mundial? No mesmo diapasão respondiam: o TLC é um atestado de óbito para as comunidades indígenas.

A mobilização popular e as pressões internacionais conseguiram bloquear a tentativa de extermínio militar da rebelião indígena. O governo foi forçado a iniciar um interminável processo de negociação com o qual nunca esteve de acordo e contra o qual mobilizou todos seus recursos, sabotando-o de maneira permanente. Mas a via militar não foi e nem será abandonada: a região está

ocupada por 70 mil homens do exército mexicano, parte de um programa de contra-insurgência dirigido por Washington cujas conseqüências eram óbvias: violação permanente dos direitos humanos, massacres de comunidades inteiras (Acteal, por exemplo), organização de grupos paramilitares, desaparecimentos de líderes populares, prisões, tortura, etc. Tudo muito longe da idéia tão irresponsavelmente difundida de uma guerrilha que não dispara um tiro e cuja eficácia nasce do bom uso da palavra e dos recursos eletrônicos, tipo Internet. Uma “guerrilha virtual” definiu o ex-chanceler Angel Gurria, atual ministro das finanças e homem de confiança dos banqueiros. Compreende-se a operação, pois enquanto se admira a poesia de Marcos e suas inegáveis qualidades literárias, oculta-se o fundamental: a tenaz luta zapatista por cada milímetro do solo indígena de Chiapas hoje sob ocupação militar.

De onde nasce então a vitalidade zapatista e como justificar sua vigência nestes últimos 4 anos? Da qualidade literária dos comunicados reconhecida inclusive por Octávio Paz? Ou por que estamos diante de uma guerrilha diferente das demais e, sobretudo, por que esta não “deseja o poder”? O uso dos recursos eletrônicos é mesmo esta arma secreta que lhes permite manter-se em evidência durante tanto tempo? O debate será certamente interminável e as razões para tal podem ser encontradas nas páginas da *Revolução invencível* que Boitempo em boa hora publica no Brasil.

Creio, contudo, que a vitalidade zapatista nasce de seu acerto no diagnóstico da crise mexicana quando o modelo ainda “esbanjava saúde” naquele já distante 1994. Quando quase todos se

curvavam diante dos “fatos” e do êxito da contra-revolução em forma de “neoliberalismo”, os indígenas zapatistas e seu já legendário subcomandante Marcos anunciaram com *um ano de antecendência* seu fracasso total. Como produziram um diagnóstico tão preciso da crise quando todos estavam perplexos diante dos “êxitos” da contra-revolução que transformou o México na pátria do dinheiro? Como, mesmo isolados na Selva Lacandona, puderam observar a crise gigantesca que se avizinhava enquanto os especialistas da quase totalidade das universidades anunciavam vida longa para o sistema de dominação priísta e suas intermináveis reformas econômicas?

Distantes do jogo eleitoral, reduzidos a uma parte minúscula do imenso território mexicano, submetidos à violência estrutural das classes dominantes, os indígenas zapatistas abriram uma nova perspectiva para a luta emancipatória no continente. Em seu país, dilataram as margens daquelas transições a que estamos acostumados em todas as latitudes cuja característica mais importante é a ausência do povo no “processo democrático”. Os balaços disparados em janeiro de 94 como também sua resistência ulterior (“nem se vender nem se entregar”), foram indispensáveis para ferir de morte o regime que nesse momento agoniza. Desde o princípio sabiam que colocaram em andamento um processo que é, necessariamente, mais amplo e não pode estar limitado às demandas zapatistas, mas que não será emancipatório se não incluir, com a radicalidade de sua palavra e sua presença, o programa do EZLN.

Os zapatistas seguirão como uma força decisiva no futuro imediato porque

entenderam o “transformismo” operado pelas elites (e por Washington) que pretende mudar para que tudo permaneça igual. Marcos afirmava a propósito: “o sistema não é mais forte nem mais fraco do que ontem. Continua sua contradição e prepara sua mutação para continuar igual...” (p. 116)

Porém, o EZLN ofereceu uma alternativa diante da transição das elites que contagiam milhões em todo o país; inauguram, formas de organização dessa vontade transformadora que incluiu convenções, consultas e frentes de militância (não-parlamentar) que impulsionam essa transformação para além dos limites pretendidos pelas classes dominantes. Sob o lema de “mandar obedecendo”, outorgaram um conteúdo concreto ao conceito “democracia” que não pode mais ser utilizado exclusivamente para dominar as classes subalternas. A força da “palavra dos armados de verdade e fogo” está incorporado à prática política de milhões e

não pode ser eliminada com os conhecidos artifícios utilizados durante décadas no México.

Para nós brasileiros, latino-americanos submetidos a sedutora ideologia eurocentrista, também é chegada a hora de observar o zapatismo como parte da luta da “comunidade de vítimas” produzida pelo programa *recolonizador* em curso (“neoliberalismo”). Os comunicados publicados pela Boitempo Editores são uma pequena e necessária demonstração da força ética dos indígenas zapatistas e da universalidade de sua palavra.

Como escreveu José Saramago, “quando alguém esteve em Chiapas, não sai mais de lá”. A leitura dos comunicados é uma fascinante viagem até terras distantes e ao mesmo tempo tão nossas, que não poderemos mais ver o mundo sem um pouco da “visão zapatista”. Enfim, nos tornamos mais completos, nos descobrimos um pouco mais. E estamos mais aptos para entender e transformar o mundo em que vivemos.

## Marcos Del Roio

*O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.*  
Editora Ícone, 1998, 352 p.  
Maria Orlanda Pinassi (Professora de Sociologia da Unesp, campus de Araraquara)

Originalmente apresentado como tese de doutoramento, esse livro de Marcos Del Roio constitui um denso estudo histórico, composto de forma bastante criativa nas conceituações que propõe para explicar a “modernidade capitalista”; ao mesmo tempo lança mão de uma linguagem inovadora e provocativa

para analisar o “Ocidente atual, enquanto específica formação sociocultural na história” (p. 19). Não há dúvida de que nele o leitor encontrará um material raro de informações e análises calçadas em ampla e paciente pesquisa.

Um ponto, que vem enunciado já no início do livro, parece centralizar as

preocupações do autor: o presumido “fim da história”, teorizado por Fukuyama (1992) no rastro de um antigo e acalentado sonho liberal, é vislumbrado, enfim, como possibilidade efetiva, na “desintegração ideológica da universalização do império do Ocidente”. A empreitada do autor é, portanto, árdua e corajosa já que, para ele, os fundamentos desse “êxito” não se encontram entre matérias contemporâneas tão somente mas, e sobretudo, num fertilíssimo projeto iniciado no século XI que, tudo indica, tem fôlego suficiente para continuar seu longo e acidentado percurso.

Da formulação do império universal da cristandade, “instituição eclesial latina, tornada poder nuclear da ordem social do feudalismo”, definem-se as linhas mestras de uma história que se confirma *pari passu* até os dias de hoje, dias de globalização ou “desenlace do processo sociohistórico de longa duração”.

São, portanto, nove séculos de domínio incontestado de uma idéia que adquire forma no aperfeiçoamento e adaptação às variações históricas que são tantas e tão atabalhoadas. E, mais do que isso (o que já não seria pouco), Del Roio repõe essa trajetória na contraposição, no conflito ensejado pelos “antípodas”, imagética repulsiva representada sempre — e das mais variadas formas — pelo “outro inferior e negativo — o subalterno”, construído continuamente para significar “interposição ou resistência à realização do homogêneo *imperium mundi*” (p. 10).

Ao longo dos cinco capítulos, acompanhados de um epílogo, o autor reconstitui cronologicamente alguns dos principais acontecimentos e teorias que envolveram a Igreja Católica, os fundamentos do liberalismo, as transformações capitalistas e o significado do projeto socialista.

É um livro altivo pela grandeza das intenções, pela amplitude das matérias. Com honestidade narrativa e empenhada reflexão teórica, através dele acompanhamos o “evoluir histórico” de uma ocidentalidade mítica que ancorou seus planos, primeiramente, no poder da Igreja Romana, poder que se consolida após a ruptura com Bizâncio; no decorrer da idéia e da prática cristã imperialista, evoluiu-se a Revolução Inglesa do século XVII, a Revolução Francesa, a Segunda Revolução Industrial do século XIX, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, considerada aí seu maior antípoda. Nesse livro, vemos ainda o submetimento, a resignação ou extermínio de vários “outros”, internos e externos ao Ocidente, que surgiram como ameaça ao seu predomínio. Nele, assim, se inscreve a história e a análise de um projeto vitorioso e abrangente que o autor sugere pensar em novos moldes justamente para compreender as origens do processo contemporaneamente marcado pela universalização da “modernidade capitalista”.

Esse trabalho ambicioso de Del Roio oferece muitas entradas para interpretação. Mas, até pelo fato de ser ambicioso e amplo demais abre mais e maiores flancos à crítica, fato que não deve ser desconhecido do autor. Assim, privilegiamos uma delas tão-somente.

Começamos pela estruturação do trabalho; nela encontramos irregularidades no tratamento histórico dado aos fatos e idéias distribuídos pela periodização proposta. A grandiosidade das intenções do livro permite que se lhe aponte a insuficiência, mesmo porque se todos os períodos constituem momentos evoluídos do império universal, todos deveriam merecer o mesmo cuidado.

Vejam os. O primeiro capítulo, “de caráter introdutório e marcadamente histórico” abrange um período excessivamente longo e conturbado — do século XI ao XVII — resolvido nas poucas páginas (19 a 64) que pretendem “demonstrar os traços distintivos e de continuidade histórica do Ocidente, e o início do processo de conquista e invenção do Oriente como entidade subalterna, essencial para a definição da própria identidade ocidental” (p. 15). Enquanto isso, o capítulo V, dedicado à “Refundação da crítica socialista e as revoluções passivas do século XX”, ocupa quase 100 páginas, sem contar que nos capítulos anteriores a discussão se desenvolve em longo e detido percurso.

Considerando a justeza da análise, sobressai, no entanto, a rapidez com que é tratada, no primeiro capítulo, a formação da classe que viria a ser, acompanhando o raciocínio do autor, a portadora dos ideais universais do Ocidente na “modernidade capitalista”, essa forma histórica que não parece específica, mas continuadora do projeto cristão. A ênfase da análise recai sobre as lutas pela subalternização do Oriente, abreviando um dos belos, ricos e férteis momentos da história moderna — o Renascimento —, celeiro para o qual a modernidade, em futuro próximo, recorreria para enterrar o passado.

Ao aludir ao período, Del Roio aponta-lhe as conquistas materiais e, sobretudo, políticas, acentuando a consolidação do império propugnado, então, “pela aliança entre Igreja Católica e Estados ibéricos”. No afã de mostrar a continuidade do império na dissolução da ordem feudal, minimiza-lhe a dimensão humanizadora, as possibilidades desse momento tão distinto e capaz de elaborar uma nova concepção de homem.

Antes do Renascimento, “o homem só estava consciente de si próprio como membro de uma raça, de um povo, de um partido, de uma família ou corporação”. (Buckardt, *A cultura do Renascimento na Itália*, p. 81) Mas, “a consciência de que o homem é um ser histórico constitui um produto do desenvolvimento burguês; a condição da realização do homem é a negação da existência burguesa”. É “com o Renascimento que surge um conceito dinâmico de homem. O indivíduo passa a ter a sua própria história de desenvolvimento pessoal. A identidade contraditória do indivíduo e da sociedade surge em todas as categorias fundamentais. A relação entre o indivíduo e a situação torna-se fluida: o passado, o presente e o futuro transformam-se em criações humanas. Essa ‘humanidade’, no entanto, constitui um conceito generalizado, homogêneo. É nesse momento que a ‘liberdade’ e a ‘fraternidade’ nascem como categorias ontológicas imanentes”. (Heller, *O homem do Renascimento*, p. 9)

É sob esse aspecto que pretendo apontar para dimensões problemáticas da tese — ou várias teses — de Del Roio, cujas origens são de natureza metodológica. Por exemplo, o significado de “outro”, elevado à condição de categoria analítica, dispõe indiferenciadamente o caráter das representações que minam o sossego do império universal do Ocidente. A mulher, o negro, o deficiente, o Oriente tanto quanto o trabalhador, constituem outros (internos, externos, negativos) que surgem — criados e recriados conforme a necessidade histórica — pelo “imaginário” ocidental, postos à destruição ou neutralização.

Ao privilegiar “a dimensão política da representação do subalterno”, generalizado na forma de “outros”, Del Roio

correu o risco de torná-lo uma entidade abstrata, diluída de sua potência justamente porque elimina ou subtrai as demais qualidades que integram a totalidade. Ao mesmo tempo, neutraliza a sua força política, na medida em que toda e qualquer ação ou idéia figurada nos nove séculos que se põe a analisar, parecem na verdade pré-figurações mentais, frutos de uma análise teleológica.

A própria constituição cronológica do livro, que se eleva do menos desenvolvido para o mais complexo, confirma a determinidade daquele sobre este, da idéia sobre o concreto, da representação/intuição sobre o real, submetendo toda e qualquer casualidade posta pelo devir e não pelo “evoluir histórico”.

Isso explica, de alguma maneira, a brevidade de um capítulo que deveria ser constitutivo de uma forma histórica que se abre para uma nova dimensão ontológica. Ao contrário, o capítulo I, como diz o próprio título “A igreja e as raízes do império universal do Ocidente”, funciona como ilustração do continuísmo de um projeto cristão numa forma pagã (ou laica) que lhe reproduz as formas. Por melhor trabalhados e ricos, os capítulos subsequentes sofrem a debilidade desse momento fundamental à apreensão das verdadeiras contradições da modernidade e acabam por fundamentar explicações dualistas que antepõem o Ocidente aos “outros” que caem a sua frente como dominós vencidos.

Mais do que reprodução, dir-se-ia que essa nova forma histórica, fundada sob a égide do capital, submete formas passadas, inclusive e fundamentalmente o cristianismo associado, então, ao judaísmo. “O judaísmo atinge seu apogeu com a perfeição da sociedade civil; mas esta só alcança a perfeição no mundo

cristão. Só sob a influência do cristianismo, que objetiva todas as relações nacionais, naturais, orais e teóricas, poderia a sociedade civil separar-se completamente da vida do Estado, separar todos os vínculos genéricos do homem, colocar em seu lugar o egoísmo e a necessidade egoísta, e dissolver o mundo humano num mundo de indivíduos atomizados, antagonísticos”. (Marx, *A questão judaica*) Em tal associação, não vigora a ordem religiosa, mas econômica acima de tudo.

É talvez pelas razões expostas que o texto traga da história uma sensação de perda, de esvaziamento, porque o império universal foi injusto e perverso com o Oriente. Em parte isso é verdade mas vejamos o que Marx diz a respeito em *Futuros resultados do domínio britânico na Índia*: “A Inglaterra tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruidora, por um lado e regeneradora, por outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases materiais da sociedade ocidental na Ásia”. Reiterando uma preocupação dos marxistas de velha cepa, essa passagem é citada por Del Roio à página 156 menos para evidenciar a contraditória intervenção do moderno sobre o tradicional mas para mostrar que Marx, após a onda revolucionária de 1848, se afastava da concepção negativista de Hegel em relação ao Oriente. Não me parece que esteja em jogo se as sociedades arcaicas e modernas sejam boas ou más e, sim, que a célebre frase de Hegel “Tudo o que é racional é real, tudo o que é real é racional” permanece em Marx. Ou melhor, que o caduco merece perecer, ainda que isso seja cruel: “É bem verdade que ao realizar uma revolução social no Hindustão, a Inglaterra agia sob o impulso dos interesses mais mesquinhos, dando provas

de verdadeira estupidez na forma de impor seus interesses. Mas não se trata disso. Do que se trata é de saber se a humanidade pode cumprir a sua missão sem uma verdadeira revolução a fundo do estado social da Ásia. Se não pode, então, e apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução” (Marx, *O domínio do império britânico na Índia*). Essa revolução não ficou por aí; ela continuou por todo o século XX, pela força e pela ideologia, mas o fato é que hoje a polaridade Ocidente/Oriente vem transformando-se em figura de retórica.

Ao buscar uma análise e uma linguagem inovadora, esse livro, com todos os méritos que contém — e que não são poucos — permanece inscrito num

marxismo que tenderia a concordar com a lógica sociológica de Weber que atribui aos fenômenos ideológicos um desenvolvimento “imaneente”, cuja origem se encontra neles mesmos. A impressão causada é que seus resultados precederam todo e qualquer processo de análise.

Concordando ou divergindo dos caminhos percorridos por Del Roio, o fato é que seu livro é polêmico sim, mas fundamental a todos que mantêm uma perspectiva crítica e transformadora. Por isso mesmo, faço minhas as palavras: “Não acho nada mais penoso que me encontrar numa situação de oposição a alguém com quem atuaria de bom grado a partir de uma mesma direção de espírito”. (Do espólio de Goethe, *Sobre a literatura e a vida*)

## Giovanni Mazzetti

*Quel pane da spartire (Teoria generale della necessità di redistribuire il lavoro)*, Turim, Bollati Boringhieri, 1997, 325 p.

Antonino Infranca (Filósofo, colaborador de *Crítica Marxista* — Itália. Tradução de Ivo Tonet.)

A diminuição do tempo de trabalho está no centro do debate político tanto na Itália como no restante da Europa. O governo italiano decidiu seguir o governo Jospin na aprovação de uma lei que a partir de 2000 diminuirá a jornada de trabalho para 35 horas. A exigência da diminuição da jornada de trabalho foi um dos pontos de controvérsia na crise do governo Romano Prodi. O Partido da Refundação Comunista empreendeu uma batalha particularmente forte a esse respeito. O apoio, embora tímido, do Partido Democrático

da Esquerda (ex-PCI) e a própria disposição do Presidente do Conselho de Ministros, R. Prodi, foram outros dois elementos a favor da aprovação. Paradoxalmente, no entanto, os sindicatos e especialmente a Confederação Geral do Trabalho, permaneceram mais neutros, mostraram menos interesse e não se empenharam de modo nenhum na sustentação da exigência de diminuição da jornada de trabalho. Desse modo, verificou-se, na Itália, uma situação paradoxal: um partido de extrema-esquerda conduzia

uma batalha, no campo do trabalho, sem o apoio das organizações dos trabalhadores, mesmo daquelas mais próximas, ideologicamente, do Partido da Refundação Comunista. Desse modo, a batalha levada a cabo pelos neocomunistas, assumia tons mais político-civis do que sindicais ou econômicos.

O aspecto econômico, que deveria ter sido o mais importante, era colocado em segundo plano, com dois argumentos principais: a redução da jornada de trabalho é um modo não monetário de distribuir a riqueza aos trabalhadores e, para o Partido da Refundação Comunista, era o único motivo para continuar a apoiar um governo que, de outro modo, estava pedindo grandes sacrifícios aos trabalhadores para permitir que a Itália entrasse na moeda única europeia, em acordo com as regras fixadas em Maastricht.

É exatamente sobre os aspectos econômicos globais que gostaria de demorar-me, partindo da discussão de um livro, entre os muitos que freqüentemente aparecem no mercado editorial: *Aquele pão para ser repartido*, de Giovanni Mazzetti, que tem como subtítulo *Teoria geral da necessidade de distribuir trabalho*. O ensaio merece, ao meu ver, uma atenção especial por diversos motivos que enumero rapidamente: a) a questão é tratada levando em conta as questões econômicas, porém sempre com uma perspectiva não econômica, mas social, cultural, civil, em resumo, humana; b) além disso, a proposta é sustentada por um conhecimento da matéria e do debate atual; c) a contínua referência a Marx articula a proposta com a tradição reivindicativa do movimento operário, renovando essa tradição num momento histórico — a globalização — não muito feliz para a luta dos trabalhadores; d) pela simpatia que marca um

intelectual que, após o fim do comunismo do Leste Europeu e durante a chamada crise das ideologias, não tem medo de utilizar Marx e de referir-se ao marxismo. Mas, obviamente, a simpatia não nos exime de fazer críticas.

No início, Mazzetti adverte o leitor, quase pedindo desculpas: “Nossa linguagem é, conscientemente, não especializada... Não especializada, entretanto, não quer dizer simplista” (p. 26). E a linguagem não especializada é exatamente um dos méritos do livro: com efeito, não se pode pretender expor uma teoria, que pretenda ser uma espécie de modelo universal, em linguagem acadêmica e especializada, a não ser tendo a intenção de dirigir-se aos especialistas e de deixar para os outros a tarefa de esclarecer e sistematizar a própria concepção; isso tornaria vão qualquer esforço intelectual.

É exatamente nesse gênero de atividade que se distinguem os acadêmicos e Mazzetti, pois, embora sendo um acadêmico, mantém uma excelente clareza de linguagem. O seu discurso é muito bem estruturado e confere validade à sua tese de fundo: uma vez que a situação econômica não permite aumentos salariais, poder-se-ia recompensar os trabalhadores com menos trabalho, ao invés de pagamento em dinheiro. Trata-se de uma tese muito antiga, sempre no centro das lutas do movimento operário, desde o seu nascimento. Mazzetti, no entanto, dá-lhe uma nova atualidade, com o auxílio do pensamento de Keynes. Contudo, há uns vinte anos atrás, o líder da *Autonomia* bolonhesa (movimento de extrema-esquerda), Bifo, e sem Keynes, tinha lançado o *slogan*: “Trabalhar todos, para trabalhar menos”. Agora é realizável essa possível diminuição do tempo de

trabalho. Na Alemanha, o debate está muito mais avançado do que entre os italianos, tanto que a Volkswagen já o está pondo em prática; na França, a diminuição do tempo de trabalho faz parte do programa de governo de Jospin.

Naturalmente, Mazzetti afirma que os salários não devem ser modificados ou, pelo menos, seu poder aquisitivo não deve diminuir. O atual nível de inflação torna ainda mais realizável a redistribuição do trabalho. Como Marx afirmava que trabalho e valor se equivalem e com eles se equivale também o dinheiro, uma diminuição do tempo de trabalho traria um efetivo aumento da riqueza dos trabalhadores. Estes teriam mais tempo livre para suas atividades livres; a utopia do jovem Marx estaria a um passo da sua realização. Essa é, de fato, uma idéia muito entusiasmadora.

O que fariam os trabalhadores liberados do trabalho? Antes de mais nada consumiriam mais ou, pelo menos, se poderia esperar um aumento do consumo. Para manter um nível mais elevado do consumo, teriam um tempo maior para um segundo trabalho e, então, se deveria impedir que esse trabalho se tornasse um novo campo de exploração do capital. De qualquer modo, são todos riscos que valem a pena correr porque trariam, ao meu ver, uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas não diminuiriam, ao contrário aumentariam o nível do confronto social. Uma tal situação existia nos países socialistas, na medida em que o verdadeiro trabalho de um trabalhador começava quando terminava o trabalho legal. E essa é a primeira questão que o livro não resolve, embora nos permita formulá-la.

Mazzetti afirma que a realização da sua teoria, na Itália, é tarefa da política,

isto é, da ação dos partidos de esquerda e dos sindicatos e, como conseqüência, diz: “De modo geral, pensa-se apenas na possibilidade de resolver o problema do desemprego no plano nacional, criando trabalho mediante a subtração de mercado de outros países e, desse modo, agravando o seu desemprego” (p. 26). Tentemos inverter os termos e admitamos que se consiga fazer diminuir o trabalho sem tocar nos salários. Não se corre, talvez, o risco de que o capital transfira para o exterior a própria produção da riqueza? Posso até indicar para quais áreas: América Latina, Ásia Oriental e Europa do Leste. Ou seja, para onde existe um tecido industrial muito desenvolvido (o Brasil é a 10ª economia do mundo, a Rússia a 11ª, a Coréia do Sul a 12ª, a China praticamente a 7ª; dados de 1996) e uma força de trabalho bastante qualificada, mas muitas vezes com poucos níveis de sindicalização.

Como se sabe, o capital tende a ocupar e explorar as áreas que mais lhe permitem realizar lucros. Essa transferência da produção de riqueza e da exploração está em pleno andamento. O capital foi capaz de criar a globalização da economia, mas, como diz o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, “a única internacional existente é aquela do capital” (*Perché Marx è ancora attuale in Sudamerica e non solo*”, entrevista de Ricardo Antunes em *Cominform*, Roma, 10/6/1997). Com efeito, inexistem completamente políticas sindicais em nível internacional. Como podem sindicatos e partidos de esquerda enfrentar a transferência da produção para o assim chamado Terceiro Mundo, especialmente se estão empenhados na luta pela diminuição do tempo de trabalho?

Outra questão diz respeito às necessidades essenciais. Mazzetti afirma: “Para

desfrutar do tempo disponível como tempo 'livre', é preciso ter, pelo menos, o estômago normalmente satisfeito, não sofrer com as intempéries, com doenças ou com a falta de satisfação de outras necessidades essenciais. Isso, porém, era o que provavelmente não acontecia no passado" (p. 263). Embora as palavras sejam belas, onde elas são válidas? No Primeiro Mundo ou nos países considerados desenvolvidos? Mas Mazzetti não queria desenvolver uma "teoria geral"? A esta pergunta pode-se responder recorrendo novamente às palavras de Ricardo Antunes: "Quando a defesa da sociedade de mercado e do capital não é claramente explicitada nessas formulações, resta a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele* (...) tentando compatibilizar o *trabalho aviltado* com *tempo liberado*." (R. Antunes, *Adeus ao trabalho?*, Cortez, 1995, p. 86).

As idéias de Mazzetti seriam válidas somente para os países desenvolvidos, imaginando-se que existisse um verdadeiro muro que isolasse estes países do restante do planeta. No entanto, o contrário é que é verdadeiro: os capitais se transferem do Sul para o Norte do mundo, enquanto a exploração, de forma extremamente selvagem, vai sempre mais do Norte para o Sul. O capital funda o seu internacionalismo sobre a exportação da exploração.

Admitamos que a teoria de Mazzetti seja, de fato, "geral". Todos nós desejamos, sinceramente, que também nos países do Terceiro Mundo sejam resolvidos os problemas das necessidades essenciais, ou como as defini em outro

lugar, "necessidades humanas". A satisfação dessas necessidades não é uma questão local, mas, dada a globalização da economia, é um fato que nos interessa *diretamente*. Com efeito, se todos os habitantes da Terra conseguissem eliminar a fome, isso só seria possível com a condição de que não crescessem em número e de que fossem limitados os desperdícios do Primeiro Mundo. Se, além disso, se quer garantir a todos os habitantes da Terra um consumo mínimo de energia e de bens vitais, em todas as suas formas, no estado atual do desenvolvimento tecnológico, arrisca-se a destruição ecológica do planeta. É estranho que o livro de Mazzetti, tão cheio de dados, se ressinta da falta desses elementos e de uma consideração do problema da globalização da economia que repercute, por sua vez, sobre as necessidades essenciais e sobre o desemprego.

Seria necessário, ao meu ver, considerar sempre os problemas da economia em nível global e universal. Somente nessas condições as teorias serão concretas, isto é, realizáveis sem criar situações de piora efetiva e, pelo contrário, capazes de uma melhoria efetiva das condições de vida de toda a humanidade. É preciso pensar sempre que qualquer modificação da situação em um país, especialmente se for um país de primeiro plano como a Itália (5ª economia do mundo), ou um grupo de países como a Comunidade Européia, que globalmente representa a primeira economia do mundo, traz imediatamente conseqüências para todo o planeta. É preciso, portanto, pensar sempre que o nosso bem-estar é pago com a exploração de um trabalhador do *Outro Ocidente* (América Latina) ou do Terceiro Mundo.